

Servidores enfrentam truculência do governo

O governo continua aferrado à sua política de negar a concessão de reposição salarial em 2007 para os servidores. A razão é o PLP 01, que congela os salários por dez anos.

Mas, ainda assim, a pressão das greves e mobilizações consegue arrancar conquistas. Nesta semana, foi a luta dos servidores do Banco Central que, depois de 43 dias de greve, conseguiu antecipar uma parcela de reajuste para dezembro de 2007.

A queda de braço, agora, é para impedir o desconto dos dias parados. O governo pretende que os servidores assi-



Base do Sindsep-DF em ato da Condsef na Esplanada dos Ministérios, dia 12.06

nem um acordo reconhecendo o desconto de pelo menos parte dos dias. Seu objetivo é criar um precedente para sua

lei anti-greve que está em gestação.

Mas em nenhuma hipótese os servidores darão essa arma ao gover-

no. No BC, a categoria já deliberou que não vai concordar com nenhum desconto. Se ele for mantido será por autoritaris-

mo e truculência do governo e haverá resistência e luta para reverter.

No Inkra e no Ibama, também já ocorrem cortes de ponto para tentar refrear greves que defendem o serviço público, a legislação ambiental e exigem tão somente o respeito a compromissos e acordos firmados em 2005 e 2006.

É a mobilização unitária da categoria que tem a força para reverter esse quadro. Desde já, em cada local de trabalho, a tarefa é organizar mais uma vez uma grande participação de Brasília na Marcha convocada pela CUT para o dia 5 de julho.

■ Bacen

Governo cedeu reajuste para 2007



Na quinta-feira, depois de uma assembléia que se iniciou às 10h30 da manhã, foi interrompida somente para almoço, e se encerrou às 19h30, com nada menos que 84 intervenções ouvidas atentamente, os servidores do Bacen decidiram suspender a greve e aceitar uma proposta de reajuste em três parcelas: 4,84% (dezembro de

2007), 17,65% (janeiro de 2008) e 5,18% (janeiro 2008), num total, em média, de 29,7%.

Um ponto bastante criticado do acordo foi a não elevação do padrão inicial da carreira em mais 7% (além dos 29,7%).

Entretanto, o índice conquistado deve ser valorizado como produto da luta dos servidores. Devem se sentir positivamente nas

próximas mobilizações da categoria as experiências dessa que foi a mais forte e a mais longa greve do BC e que contou com grande participação de novos servidores. A negociação dos dias parados, se inicia nesta segunda-feira, dia 18 de junho, no Planejamento, com os servidores decididos a não aceitar nenhum acordo que mantenha o corte de ponto.



● Em Brasília, servidores abraçam o DNIT e lavam a entrada do órgão



■ MTE

Assembléia definirá proposta de Plano de Carreira

Será realizada na próxima terça-feira, dia 19.06, às 10h, no 3º andar do edifício anexo, uma assembléia dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a presença de diretores do Sindsep-DF e da Condsef. A assembléia é para aprovar a proposta de Plano de Carreira para os servidores do MTE e DRTs e definir os demais assuntos que serão discutidos com o ministro Carlos Lupi na audiência do dia 20, com o horário ainda a definir.

■ DNIT

Ato público em defesa do órgão e pela reestruturação da carreira

Os servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) realizaram atos em todo o Brasil, dia 15.06, pela reestruturação do órgão. Em Brasília,

numa demonstração de dedicação e compromisso com a instituição, os servidores deram um abraço simbólico à sede do DNIT e lavaram a entrada num ato de repúdio aos recen-

tes escândalos de corrupção envolvendo o nome do órgão. Representantes da CUT, da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa compareceram ao ato. Logo após, em assem-

bléia, os servidores aprovaram a realização de uma caminhada até o Ministério dos Transportes e uma moção de repúdio aos editais 176 e 180, ambos deste ano.

■ ENAP

Assembléia elege representantes para o GT

Os servidores da ENAP elegeram em assembléia, dia 14.06, quatro representantes para compor o Grupo de Trabalho (GT) paritário que irá elaborar uma proposta de extensão da GSISTE e encaminhar a proposta de Plano de Carreira para os servidores do órgão, tendo como ponto de partida a proposta já elaborada por um grupo de servidores da Casa. Foram eleitos por unanimidade os servi-

dores Rafael e José Luiz, como titulares, e os suplentes Juvenal e Edison. A comissão terá o prazo de 30 dias, renovável por mais 30, para a conclusão dos trabalhos. No entanto, a assembléia deliberou que serão realizadas assembléias periódicas para que os representantes possam informar aos servidores o andamento dos trabalhos, sendo que a primeira está marcada para o dia 3 de julho, às 10h.

■ CNPq

Intensificação do movimento

De acordo com as direções do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que se reuniu com o Ministério do Planejamento no dia 13.06, as negociações interministerial para a recomposição da tabela salarial da Carreira de Ciência e Tecnologia estão reabertas. A reabertura da negociação é fruto das constantes paralisações feitas pelos servidores. Ainda assim, os servidores insistem que o ministro Ser-

gio Rezende agende uma reunião para cobrar do presidente Lula a promessa de que ao retornar de viagem, resolveria a situação da Carreira de Ciência e Tecnologia. Em assembléia realizada dia 15, que contou com a participação de mais de cem pessoas, os servidores decidiram continuar a paralisação. Na terça-feira, dia 19.06, às 10h, haverá nova assembléia, no prédio da 509 Norte.

■ Planejamento

Mobilização contínua

Após participar do ato na Esplanada dos Ministérios, dia 12.06, os servidores do Ministério do Planejamento pediram apoio ao novo secretário de Recursos Humanos para encaminhar o projeto do Plano de Carreira ao Congresso Nacional, junto com as demais reivindicações, em especial a extensão da GSISTE para todos os servidores do órgão e vinculadas. No dia 06.06, os servidores voltaram a protocolar na SRH cópia do projeto de Plano de Carreira. A Condsef se comprometeu a encaminhar à SRH uma solicitação de audiência com o secretário Duvanier Ferreira. Enquanto isso, os servidores se mantêm mobilizados e participando das atividades convocadas pelo Sindsep-DF.

■ MPS

Ministério promete atender demanda dos servidores

Após assembléia realizada dia 14.06, os servidores do Ministério da Previdência Social foram ao gabinete do ministro cobrar a audiência prometida dia 24 de maio. A chefe de

gabinete do Ministério da Previdência Social, Ana Paula Cerca, recebeu os diretores do Sindsep-DF e representantes dos servidores esclarecendo que algumas das demandas já têm

respostas, porém ela precisa de um tempo para analisar as soluções sugeridas pelos técnicos de cada setor. Uma nova audiência está agendada para o dia 21.06, às 9h30, com a par-

ticipação da Condsef. Foi reafirmado pela direção do Sindsep-DF que a reivindicação principal e emergencial é a extensão do Plano do Seguro Social (INSS) para os servidores do MPS.

■ Comunicações

Paciência dos servidores por um fio

Inconformados com a falta de interesse da direção do Ministério das Comunicações, os servidores do órgão farão uma assembléia com indicativo de greve na quinta-feira, dia 21.06, às 13h, no auditório. Os servidores aguardam um retorno do órgão desde o dia 23 de maio, quando se reuniram com o

ministro Hélio Costa, que designou o secretário-executivo do MC, Fernando Lopes, e o diretor do Departamento de Ciência, Indústria e Tecnologia, Igor Vilasboas, para negociar com os representantes dos servidores. Porém, não houve nenhum avanço nas negociações.

Unidade em defesa dos direitos

■ PLP 01

É possível barrar o congelamento salarial

A Câmara não tem previsão de data para votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01. O presidente da Comissão Especial de Limites de Despesa com Pessoal, deputado Nelson Meurer (PP/PR), pediu a prorrogação do prazo para apresentação do parecer por mais cinco sessões deliberativas. O requerimento foi deferido no dia 30 de maio. Um dos principais eixos da Marcha a Brasília convocada pela CUT para 5 de julho, com trabalhadores do setor público e privado, é a retirada do PLP 01. Precisamos fazer uma grande manifestação para evitar o congelamento salarial e, assim, desbloquear o caminho para a conquista dos planos de carreira e a reposição salarial.

MANIFESTAÇÃO CONJUNTA ARRANCA AGENDA DE NEGOCIAÇÃO Categoria fará ato em todo o Brasil dia 20 de junho

Ato conjunto dos servidores do Ministério da Saúde, da Funasa e do Datasus, dia 12.06, arrancou uma agenda de negociação com o ministério. As discussões têm início na quarta-feira, dia 20.06, quando os servidores farão ato em cada estado. Em Brasília, o ato será a partir das 8h, em frente à sede do MS. Para os servidores de campo da Funasa, o Sindsep-DF disponibilizará ônibus para viabilizar a participação na manifestação.

Os servidores do Datasus estão em greve desde o dia 04.06, e nas plenárias setorial e da

Condsef, foi aprovado o indicativo de adesão dos servidores da Saúde e da Funasa na greve a partir do dia 9 de julho, caso o ministro José Gomes Temporão não atenda as reivindicações da categoria, entre elas, o cumprimento dos acordos de greve assinados em 2005.

■ Intolerância

A segurança do MS, por ordem do chefe de gabinete do ministro, retirou a faixa do Sindsep-DF que dizia "Ministro Temporão, os servidores da Saúde exigem negociação já!". Onde está a democracia e a liberdade de expressão?

Greve Datasus

A categoria reivindica a edição de uma Medida Provisória, pelo Executivo, que: a) altere a Lei 8.270/91 para garantir o pagamento da GAE e do Anuênio sobre a Diferença de Vencimento; b) altere a Lei 11.355/06 efetuando o pagamento integral dos 47,11% (que hoje seriam pagos em 12 parcelas), estendendo o prazo de opção; c) criação de uma gratificação emergencial como antecipação ao Plano de Carreira.



■ Emenda 3

Em defesa do veto

A Emenda 3 ameaça os direitos dos trabalhadores do setor privado, como o 13º salário, FGTS, férias, horas extras, seguro desemprego e licença-maternidade, e, ao mesmo tempo, amplia e facilita as terceirizações no serviço público. Por essas razões, ela é tão defendida pelos empresários e a burguesia. Para driblar o veto do presidente Lula à Emenda 3, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou no dia 12.06, que uma comissão trabalha na redação de um projeto de consenso entre o governo e a oposição para "acabar com a novela da Emenda 3" e tornar legítimas "certas" condições de trabalho. É uma armadilha. A CUT rejeitou qualquer negociação e exige a manutenção integral do veto. É hora dos servidores voltarem às ruas, junto com os trabalhadores do setor privado para defender os direitos trabalhistas.

■ Ação para aposentados e Pensionistas

Licença Prêmio como Pecúnia

Os aposentados e pensionistas que não usufruíram da Licença Prêmio e nem a utilizaram para contagem em dobro para a aposentadoria podem receber o benefício como Pecúnia. Para entrar com a ação, basta procurar a Secretaria de Assuntos Jurídicos

do Sindsep-DF com a seguinte documentação: procuração (formulário do Sindsep), cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, declaração do órgão que pertence informando que não usufruiu da licença e nem contou em dobro para a aposentadoria,

e as fichas financeiras de um ano antes da aposentadoria, até a presente data.

Essa e outras ações e a documentação necessária encontram-se no sítio do Sindsep-DF na Internet, no link da Secretaria de Assuntos Jurídicos (www.sindsep-df.com.br).

STJ adia julgamento de reclamação da Vale

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) remarcou para a próxima quarta-feira, dia 27.06, o julgamento da Reclamação apresentada pela direção da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pedindo a unificação das decisões judiciais do Tribunal

Regional Federal (TRF). A intenção é anular o Acórdão do TRF de Brasília, que determina o retorno de 62 processos para apreciação do mérito em Belém.

Foi após essa vitória no TRF, que o Sindsep-DF, a CUT e inúmeras outras en-

tidades retomaram a campanha pela anulação do leilão de privatização da Vale. O movimento exige que o governo passe do pólo passivo para o ativo na ação, contribuindo para corrigir um grande crime contra o patrimônio nacional.

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, Giselle do Valle - Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Estagiárias: Leide Santos e Liliane Madureira Diagramação: André Filho - Fotos: Jane - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

GREVE EM DEFESA DO ÓRGÃO CONTINUA

A aprovação da Medida Provisória 366/07 pela Câmara dos Deputados no dia 12.06, não abateu a disposição dos servidores do Ibama, que lutam contra a divisão do órgão. A assembléia de 14.06 manteve a greve e ratificou a decisão do Co-

mando Nacional de Greve de intensificar, nos estados e em Brasília, as ações no Senado Federal para impedir a aprovação da MP que retira atribuições do Ibama e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

No Senado, a Medida Provisória tramita como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/07 e já chegou trancando a pauta do plenário da Casa. Sua votação está na Ordem do Dia da sessão deliberativa de terça-feira, dia 19.06, a partir das 14h.



Servidores mantêm a greve

Apesar da pressão do governo e do corte do ponto, os servidores do Inbra decidiram continuar a greve iniciada dia 21 de maio. No dia 13.06, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu o comando de greve somente para pressionar pela suspensão da greve e confirmar o corte do ponto. Não seria melhor cumprir os acordos e implantar o plano de carreira do Inbra?

O Sindsep-DF entrou com mandado de segurança coletivo contra o desconto dos dias parados no dia 11.06. Antes de adotar uma decisão, a juíza da 21ª Vara Federal deu 72 horas, a partir da tarde do dia 15.06, para que o Inbra preste informações. Até o momento, nos estados de Santa Catarina e Espírito Santos, dois juízes deferiram liminares proibindo o desconto dos dias parados.



SRH marca nova reunião

Terminou sem acordo a primeira reunião agendada pelo Ministério do Planejamento para tratar da reivindicação dos servidores do Ministério da Cultura, Iphan, Funarte, Biblioteca

Nacional e Fundação Palmares, que querem a implantação efetiva do Plano Especial de Cargos da Cultura, fruto de acordo firmado em 2005 com a categoria. Por essa razão, os

servidores decidiram continuar a greve. Uma nova reunião com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento foi agendada para a quinta-feira, dia 22.06, às 10h.

